

CRÍTICA FEMINISTA À UNIVERSALIZAÇÃO DO SUJEITO

Diego Sander Freire³
Marcos Delson da Silveira⁴

RESUMO

Este artigo, fundamentado em pesquisas bibliográficas, tem como objetivo buscar refletir de forma discursiva sobre alguns conceitos típicos das teorias feministas, entre eles: identidade cultural, o homem universal, a mulher universal e a ideia de gênero. Parte-se da hipótese que o universal, no que tange à identidade cultural, é uma construção desenvolvida ao longo de um contexto histórico, e que o papel atribuído às mulheres eram construções de um determinado tempo. Na conclusão faz-se reflexão com base no existencialismo de Sartre nas categorias de engajamento e liberdade.

Palavras-chave: Feminismo. Identidade cultural. Gênero

INTRODUÇÃO

O desejo de escrever este artigo surgiu no segundo semestre do ano de 2019 quando éramos alunos da disciplina de *História e Estudos Culturais* do curso de Mestrado em História Cultural de uma Instituição de Ensino Superior de Goiânia. O corpo do artigo tem como base as leituras que foram indicadas pela professora da disciplina - Dr^a Thaís Alves Marinho – configurando-o como sendo de pesquisas bibliográficas.

Este artigo tem como objetivo buscar refletir sobre alguns conceitos típicos das teorias feministas, entre eles: identidade cultural, o homem universal, a mulher universal e a ideia de gênero. Dentro dessa abordagem, a hipótese desse trabalho é de os feminismos se empenham na construção de uma visão social desconstrucionista, isto é, buscam desconstruir antigas percepções sociais que pairavam sobre as mulheres. Nesse

³Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a linha de pesquisa Educação Histórica e Diversidade Cultural, Especialista em Direito e Processo do Trabalho, advogado trabalhista com ênfase em relações sindicais.

⁴ Mestrando em História cultural pela PUC-Go; Licenciado em Filosofia e pós-graduado em Docência Universitária e Filosofia Clínica (Católica de Anápolis), Filosofia do Direito (Moderna) e Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (UFG).

intuito, buscam interpretar o homem/a mulher como ser histórico e determinado por certos fatores imbuídos na cultura da qual faz parte. Logo, para os feminismos, ser mulher ou ser homem depende do que se entende como ser homem ou ser mulher, portanto, são formas variáveis diante da visão cultural.

No primeiro tópico, na visão de Stuart Hall e de Franz Boas, salienta-se, no primeiro autor, as três identidades culturais e, no segundo, a questão do relativismo cultural. Isto por acreditarmos que a questão em voga nas discussões feministas é de cunho histórico/cultural. Posteriormente, adentramos a crítica à percepção do homem e da mulher universal com Silvana Aparecida Mariano e encerramos o corpo do texto com o uso da categoria gênero em Joana Maria Pedro, Joan Scott e Angela Arruda. Nas conclusões alargamos o leque de percepções com Jean-Paul Sartre e o existencialismo ateu.

Sendo assim, esperamos que as referências citadas neste artigo sirvam como subsídio para futuros estudos e para a compreensão da dimensão propedêutica do feminismo, sendo que esse movimento, dia após dia, cresce e novos conceitos e lutas aparecem, por isso usamos em demasia feminismo no plural: feminismos.

CULTURA E CULTURAS: AS IDENTIDADES

Todo o debate em torno do sujeito histórico (em transformações) tem como base o conceito de cultura. Antes a cultura era entendida como civilização, a cultura era a cultura dos povos dominantes/civilizados. Por isso “a civilização” se impunha utilizando formas ideológicas e militares. Da mesma forma que existia uma cultura dominante, existia identidades dominantes. A cultura, por ser única, dizia o modo de ser do indivíduo: os padrões culturais fechados induziam valores que, obrigatoriamente, deveriam ser seguidos pelos sujeitos, docilizados, submissos e produtivos.

Assim, com os estudos antropológicos e com a personagem de Franz Boas, percebeu-se que as culturas possuíam um contínuo estado de fluxo e cada cultura deveria ser estudada nos seus próprios moldes, o que ficou definido como relativismo cultural.

Ele (Franz Boas) defendia o relativismo cultural, acreditando na autonomia da cultura, na sua singularidade, valorizando os costumes,

pois os costumes, segundo Boas, são manifestações da cultura. Assim, ele destacou a necessidade de estudar cada cultura de modo singular, destacando mais as diferenças que as similaridades entre elas (PEREIRA, 2011, p. 109).

Se existem culturas diferentes, existem hábitos diferentes, logo os sujeitos culturais não são iguais. Essa percepção deu ensejo à construção do ideal de que as identidades culturais diferenciam-se conforme a cultura e são moldadas pelo tempo, não existindo o sujeito fora da história. Nisto, as identidades culturais sofrem mutações conforme a cultura, e Hall (2006) descreveu, dentro de certos padrões históricos, uma identidade centrada típica de uma cultura tradicionalista/racionalista (iluminista), uma identidade típica de uma sociedade em desenvolvimento (sociológica), e a última típica de uma sociedade que possui conhecimentos de comportamentos díspares que ao se identificar com determinado hábito pode mudar os seus próprios comportamentos por meio da assimilação (pós-moderna).

Para especificar o exposto sobre Stuart Hall (2006), no livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, o autor sustenta que o declínio das velhas identidades fez surgir novas identidades que fragmentam o sujeito moderno. A fragmentação descentrou o sujeito redundando em uma crise de identidades. Aquele sujeito do iluminismo, com um “eu” unificado, um indivíduo centrado, racional, de identidade fixa, possuidor de uma essência vinculada a uma natureza permanente esvaeceu em grande medida no compasso da globalização.

Enquanto o sujeito do iluminismo, por ser centrado, buscava uma tradição, o sujeito moderno centra-se na mudança. As sociedades modernas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes identidades para o sujeito. Assim, no século XVIII, à medida que as sociedades se tornam mais complexas, adquiriram uma forma mais coletiva e social emergindo uma posição sociológica do sujeito.

O sujeito pós-moderno é descentralizado, é um sujeito multifacetado, composto de várias identidades, algumas contraditórias e não resolvidas. Portanto, o sujeito pós-moderno não é fixo, essencial ou permanente como o sujeito do iluminismo. Hall (2006) cita cinco teorias que tiram a essência universal do homem: o marxismo, o inconsciente de Freud, a linguagem cultural de Saussure; a sociedade disciplinar de Foucault e, por fim, a teoria que será abordada nesse artigo, o feminismo com a política de identidade e crítica à posição dualista.

CRÍTICA FEMINISTA AO HOMEM UNIVERSAL

Mariano (200, p. 1-3), no artigo *O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo*, falando com o auxílio de inúmeros autores/as, apontou uma crítica à ideia de sujeito universal masculino que, segundo a autora em concordância com Hall, emergiu no seio do iluminismo, o que induz a percepção de que esse “sujeito universal” é cultural, descaracterizando-o como norma universal. A universalização do sujeito masculino, absolutizando-o, coloca o feminino como o outro, de menor valor.

Mariano (2005) faz crítica à menção do homem como universal. Esse “homem universal” se apresenta de várias formas: ao entrar em determinados ambientes ignorava-se o sexo feminino cumprimentando o masculino: “Boa noite, senhores!”. A palavra “senhores” (masculino) no centro do cumprimento excluía consciente ou inconsciente as “senhoras”. Dando assim ênfase ao masculino em detrimento do feminino. Esse hábito linguístico é cultural e, como tudo o que é cultural, pode ser desconstruído. O hábito linguístico traz intrínseco certos padrões culturais que inferiorizavam a mulher, dando ao masculino superioridade, subalternizando o feminino.

Posteriormente, analisando a categoria de classe social, típica do pensamento marxista, Mariano (2005) aponta a insuficiência da categoria de classe na desconstrução e descentralização do sujeito masculino universal, branco, heterossexual, que, no seu absolutismo masculino, subordina e hierarquiza o outro sexo, e outros grupos de orientação sexual diferente ficavam invisíveis.

No interior do pensamento marxista o sujeito é concebido tendo a classe social como seu fundamento [...]. Pensadoras feministas apontaram que a classe social, como categoria de análise, baseia-se em um essencialismo do sujeito, universalizando-o no interior de cada classe. Essa universalidade é também masculina (MARIANO 2005; p. 02).

A autora afirma que, nesse interim, a categoria gênero surgiu com o intuito de analisar a construção social dos papéis atribuídos aos sexos em meio às relações de poder, papéis construídos em momentos específicos para propósitos particulares em contextos históricos particulares. Ao repensar o sujeito é possível, na categoria gênero, percebê-lo como sujeito plural, heterógeno e contingente.

Silvana Aparecida Mariano busca na ideia de gênero a possibilidade de estudar os papéis atribuídos aos sexos e buscar entender como esses papéis foram

construídos, para beneficiar a quem em detrimento de outrem, em que momento de poder. Na *Mística feminina*, Friedan denuncia os papéis sociais construídos nos Estados Unidos da América do Norte dando à mulher, segundo a autora, um local de menor valor na sociedade. Segundo Silveira (2019, p. 160):

Esta crítica de Friedan situa-se dentro de um contexto nos Estados Unidos da América do Norte onde as mulheres eram educadas para executar as atividades do lar, havia pouco incentivo para que elas continuassem os estudos em direção a uma carreira profissional produtiva e gratificante.

Neste contexto, a autora de *Mística feminina* cita o “problema sem nome,” que é justamente a impossibilidade da mulher se perceber em sua identidade ao se sentir enclausurada, a impossibilidade de se perceber como sujeito para além de sua anatomia. A mulher estava presa na ideia de mulher que aquela sociedade estadunidense divulgava. Estava amordaçada ao gênero que lhe construía uma identidade cultural de menor valor. Ela precisava desvencilhar-se das correntes. Como afirma Beauvoir (1967, p. 09):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

É a sociedade que afirma a mulher como ser mulher, o que se espera dela submetendo-a em padrões culturais. Por intermédio da ideia de gênero foi possível perceber certas formas de opressão que desqualificavam a mulher na sociedade. Essa crítica redundava na percepção de que a mulher pode ser além do que lhe é imposto e, assim como os outros seres, possui uma identidade cultural que lhe imprime pluralidade na vida social. O conceito gênero indica movimento e acompanha o ser em movimento social.

CRÍTICA À MULHER UNIVERSAL

Mariano (2005, p. 4-7), aponta que a crítica ao homem universal redundou em uma crítica à mulher universal. A mulher universal está presente nas primeiras críticas feministas que buscavam uma unidade em torno da categoria mulher, isto em busca de

explicar a opressão em torno do feminino. Esse movimento inicial entendia a categoria gênero como diferença sexual e não questionava o binário homem/mulher, tornando-o universal. A crítica de Friedman, apresentada no tópico acima, fala de uma mulher universal que luta contra a opressão em busca de um trabalho. Mas será que todas as mulheres lutam pelo trabalho? A mulher universal foi vista como excludente por não abranger todas: negras, lésbicas, brancas, ricas, pobres... levantando a questão de identidades. A identidade sugeriu uma crítica à percepção do corpo, “tornando-o mais como uma variável do que com uma constante⁵,” extraíndo dele o pré-discurso determinado por leis de onde deveria emergir a categoria gênero, tornando o corpo construção social⁶ e, portanto, dando-lhe outros significados.

A mulher universal provoca, com suas limitações, o mesmo problema de exclusão que o homem universal. Ao lutar pela mulher, por qual mulher que se luta? A luta exclusiva pela mulher ignora o local de fala das inúmeras mulheres. Pensa-se que, embora existam várias lutas em comum, a luta da mulher negra não é a mesma da mulher branca; a luta da mulher lésbica não é a mesma da mulher hetero... Não existe uma mulher, existem mulheres que pensam de forma diferente, que vivem de forma diferente e lutam por questões sociais diferentes.

Pedro (2005, p. 77), no artigo *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na perspectiva histórica*, sustenta que quando se fala “relações de gênero” está se referindo a uma categoria de análise. Explorando o contexto linguístico, afirma que as feministas preferiram usar a palavra gênero no lugar da palavra sexo, porque na maioria das línguas as palavras têm gênero e não sexo, buscando reforçar a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres não são naturais, mas culturais, entendendo a identidade de gênero como mais importante do que as características biológicas.

⁵Alguns autores, entre elas Butler (2000; p. 155), utilizando o conceito de “ideal regulatório” de Foucault, compõem o sexo como normativo, como uma norma que produz os corpos que governa, que exerce poder sobre os corpos. “Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas”. O sexo não é um pressuposto estático da pessoa, ele é a forma pela qual a pessoa se torna aceitável, “é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural”. Neste sentido, o sexo não é mais o estável onde se constrói o gênero, ele é a norma cultural que materializa o corpo. E quando se interpreta o sexo como natural, atributo biológico, questiona-se a própria natureza, como construção social.

⁶ Como destaca Butler (*apud* MARIANO, 2005; p. 06), “o ‘corpo’ é em si mesmo uma construção [...]. Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca de um gênero.” Completa a autora, que “essa compreensão rejeita a distinção entre sexo e gênero e a ideia de que o gênero é uma interpretação cultural do sexo, na medida em que o próprio sexo é tomado também como cultural e, portanto, construído discursivamente”.

A palavra gênero surgiu na segunda “onda” do feminismo, uma vez que na primeira as buscas eram outras⁷. Essa palavra gênero, no movimento feminista, serviu para que abrisse o movimento para todas as mulheres, uma vez que acusavam o movimento de essencialista ao enquadrar as mulheres brancas, negras, lésbicas... como lutando pelos mesmos direitos, o que gerou vários debates

Todo este debate fez ver que não havia a “mulher”, mas sim as mais diversas “mulheres”, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais. Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E, mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas (PEDRO 2005; p. 82)

O uso da categoria gênero, simultaneamente, possibilitou observar as mulheres em suas peculiaridades e a buscar historicamente as mulheres, buscar a história das mulheres. Joan Scott (1989; p. 03-4)⁸, no artigo *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, observou que a inserção das mulheres na história “implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas.” Assim, a inserção das mulheres na história designaria uma nova história ou uma reescrita da história. Como adendo, salienta-se que a noção de que existem mulheres e não a mulher induz o feminismo aos feminismos. Como afirma Arruda (2000, p. 119), “já se disse que não há uma, mas várias teorias feministas, que ela passa da mulher universal para o estudo das identidades múltiplas”.

⁷ A primeira “onda” centrou-se na busca por direitos políticos, direitos sociais e direitos econômicos. A segunda “onda” centrou-se na luta pelos direitos ligados ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Sendo que na segunda “onda” elaborou-se a palavra gênero em substituto às palavras Mulher e mulheres (PEDRO, 2005; p. 79).

⁸Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. No português, tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila

CONCLUSÃO

Jean-Paul Sartre (1970, p. 05), existencialista, no livro *O existencialismo é um humanismo*, parte do pressuposto de que “a existência precede a essência”. Esse imperativo induz a inexistência de uma natureza ou uma essência no ser humano. O homem/a mulher ao nascer não é nada (no sentido de que está aberto ao todo, não é determinado, é livre), primeiro o homem/a mulher existe para posteriormente ser aquilo que ele/ela fizer de si mesmo.

Para Sartre, o homem/a mulher não é modelado por entidades metafísicas e seres sobrenaturais, o próprio homem se modela, ele é livre: “o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si mesmo, e como, no entanto, é livre, uma vez que foi lançado ao mundo, é responsável por tudo o que faz” (SARTRE 1970, p. 07). Neste sentido sartriano, não há espaços para universalismos e estereótipos de classe. O homem/a mulher são seres existentes em processo de construção.

Contudo, isso não induz ao não engajamento masculino e feminino. Pelo contrário. Somo o que somos, mas somos socialmente. O homem/a mulher

[...] só pode ser alguma coisa (...) se os outros o reconhecem como tal. Para obter qualquer verdade sobre mim, é necessário que eu considere o outro. O outro é indispensável a minha existência tanto quanto, aliás, ao conhecimento que tenho de mim mesmo. Nessas condições, a descoberta da minha intimidade desvenda-me, simultaneamente, a existência do outro como uma liberdade colocada na minha frente, que só pensa ou só quer ou a favor ou contra mim. Desse modo, descobrimos imediatamente um mundo a que chamamos intersubjetividade e é nesse mundo em que o homem decide o que ele é e o que são os outros (SARTRE 1970, p. 13).

O engajamento feminino é importante porque o olhar do outro me diz quem eu sou, ou induz o que posso ser. A visão social sobre a mulher mudou muito, e só há aceitação porque esse outro (o homem), conhece como tal. Mas esse reconhecimento não é fruto de flores, cartas e beijos, é fruto de lutas e buscas. Na falta de uma natureza ou essência que define o ser, existe, para Sartre, “universalidade humana de *condição* (...)”. Qualquer projeto, por mais individual que seja, tem um valor universal.” Um projeto desenvolvido por um homem pode ser entendido por outro, pois há uma universalidade do homem que não é dada *a priori*, mas construída. E dentro dessa “universalidade de condição”, que é construída, a mulher deve se construir, garimpar e desencantar o mundo.

Desencantar o mundo não é obscurecê-lo. Tirar o encanto que desencanta muitos é dar vida a todos/as. A ideia de “todos/as”, enquanto universal, abrange muitos/as, nunca todos/as. A linguagem universal cria estereótipos que, não raras vezes, tornam-se verdades absolutas. Findar o universal é tentar particularizar os grupos culturais. Particularizar grupos culturais não é o mesmo que particularizar pessoas. Existem grupos e existem pessoas que pertencem a esses grupos. Cada ser é um átomo e buscar o *quantum* dessa equação, parece-me, inviável.

A existência é a tomada de consciência. Tomar consciência da exploração, dos maus tratos, da subordinação, da violência e lutar para que novas possibilidades de atuação sejam construídas. Isso não é dado, não é um jogo de privilégio, é conquista. É luta.

RESUMEN

This article, based on bibliographic research, aims to seek to reflect in a discursive way on some typical concepts of feminist theories, among them: cultural identity, the universal man, the universal woman and the idea of gender. It starts from the hypothesis that the universal, with regard to cultural identity, is a construction developed over a historical context, and that the role attributed to women were constructions of a certain time. In the conclusion, reflection is made based on Sartre's existentialism.

Keywords: Feminism. Cultural identity. Genre

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Angela. Feminismo, gênero e representações sociais. *Revista Textos históricos*, vol8, nº 1/2, 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>, acessado em 16 de Set. 2019

HALL, Stuart. *A identidade cultura na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

BUTLER, Judith. “Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em: <http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>, acessado em: 22 ago. 2019

MARIANO, Silvana Aparecida. “O sujeito do feminismo no pós-estruturalismo”. In: *Rev. Estud. Fem.* vol.13 no.3 Forianópolis Sept./Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000300002&script=sci_abstract&tlng=pt, acessado em: 26 de Ago. 2019

- PEDRO, Joana Maria. *Translating the debate: the usage of gender category in the historical research*. *História*. São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100004&script=sci_abstract&tlng=pt, acessado em: 02 de Set. 2019
- PERERIA, José Carlos. Educação e cultura no pensamento de Franz Boas. *Revista ponto-e-vírgula*. 10: 101-18, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/viewFile/13903/10227>, acessado em 23 Mar. 2020.
- SARTRE, Jean-Paul. *O Existencialismo e um Humanismo*. Traduzido por Rita Correia Guedes. Paris: Nagel, 1970
- SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York: ColumbiaUniversity Press. 1989. No português tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila
- SILVEIRA, Marcos Delson da. **Mística feminina: Uma crítica do passado?** *Revista Raízes no Direito*. Faculdade Raízes, Anápolis, v. 8, n. 1, p. 159-69, jan./jul. 2019, Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/raizesnodireito/article/view/3846>, acessado em: 2